

**A crise política em Maquiavel e Shakespeare:
The political crisis in Machiavelli and Shakespeare**

DALL'AGNOL, AUGUSTO CÉSAR¹
SILVEIRA, JOSÉ RENATO FERRAZ DA SILVEIRA²

RESUMO

A tragédia da política não pode ser apartada do mundo dos homens. Designamos como tragédia da política a “tragédia da ação”, a qual o filósofo Eduardo Rinesi (2009) considera à circunstância de que as capacidades desse ator político encontram-se sempre num conflito, de resultado incerto, com o que a história apresenta de contingente e de imprevisível. O pensamento trágico, que possui o conflito como matéria, é o tema do pensamento político de Maquiavel e Shakespeare. Buscaremos analisar a forma como os dois autores percebem os governantes em momentos de crise e de tentativa de manutenção de poder a partir de aspectos generalizantes, não especificando atos, cenas, diálogos, personagens. Ambos os autores realistas veem a lógica do mundo político sob uma perspectiva em que o inexorável e o absurdo coexistem sob a sombra do ingovernável, incontrolável, incognoscível. Busca-se, com isso, compreender o entendimento dos autores quanto à crise de governabilidade e, por fim, a forma como os atores políticos atuam frente a virtú e a fortuna. Utilizaremos do método hermenêutico e como técnica de pesquisa a bibliográfica.

Palavras-chave: Política. William Shakespeare. Nicolau Maquiavel.

1 Augusto César Dall'Agnol é graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisador do Núcleo PRISMA (Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria). E-mail: a.agnol@gmail.com

2 José Renato Ferraz da Silveira é doutor em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É coordenador do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Líder do Núcleo PRISMA (Pesquisas em Relações Internacionais de Santa Maria). E-mail: jreferraz@hotmail.com

ABSTRACT

The political tragedy cannot be apart from the humans life. We call political tragedy as the “tragedy of action”, which the philosopher Eduardo Rinesi (2009) describes as the unpredictable, the uncertain outcomes, the permanent conflict that political actors faces in history. The tragical thinking has the conflict as subject and is the center of Machiavelli and Shakespeare’s political thought. This paper aims to discuss the political dimension in Machiavelli and Shakespeare and analyze the way that both authors see the governants in crisis moments and moments of power maintenance. Both realistic authors see the political world logic under a perspective that the inexorable and the absurd coexist under the ungovernable, uncontrollable and the unknowable shadow. We aim to comprehend the author’s view about the governability crisis and how the policy makers behave in front of virtue and fortune. The hermeneutic method and the bibliographic research is used at the present paper.

Key words: Politic. William Shakespeare. Nicolao Machiavelli.

INTRODUÇÃO

No momento da escolha do caminho menos incerto entre tantas incertezas, cabe ao príncipe³ compreender a situação crítica, muitas vezes insuperável e incontornável - em suas inúmeras determinações - e agir mesmo contra a vontade dos mais próximos e dos contrários ao seu poder. Essa sentença introdutória do presente artigo revela a dimensão política de Shakespeare e Maquiavel quanto ao estadista em situações de crise quanto a busca pela manutenção do poder. Dessa forma, ambos autores revelam que a luta política impõe aos governantes escolhas dilacerantes. O momento de escolha exige cautela e o resultado depende de uma ação sensata. De acordo com Silveira (2012), a preocupação os governantes é tema de referência tanto para o bardo dramaturgo quanto para o diplomata floren-

3 Utilizaremos a expressão príncipe como sinônimo de estadista.

tino. Ambos são autores com ideias e premissas realistas: a) visão pessimista da natureza humana; b) convicção de que a política é necessariamente conflituosa; c) a tragédia da política está sempre presente no jogo e na disputa pelo poder; d) coalizões e intrigas palacianas são instrumentos da conquista e manutenção pelo poder; e) a conquista pelo poder é um traço marcante da política moderna, principalmente pela via criminosa e atroz. De acordo com Chaia (2007, p. 76):

A genialidade destes autores – Maquiavel e Shakespeare – está na capacidade de saltar do individual para o institucional – e vice-versa – considerando que as paixões e as irracionalidades, assim como a fortuna e o destino, impregnam a ação política, e que o ritmo do avanço político e suas razões exigem consumo da alma e do corpo.

Ou seja, busca-se compreender o entendimento dos autores quanto a crise de governabilidade e, por fim, a forma como os atores políticos atuam frente a virtú e a fortuna. Maquiavel, por exemplo:

deliberadamente distancia-se dos tratados sistemáticos da escolástica medieval e, à semelhança dos renascentistas preocupados com fundar uma nova ciência física, rompe com o pensamento anterior, através da defesa do modo de investigação empírica. Não se trata de estudar o tipo ideal do Estado, mas compreender como as organizações políticas se fundam, se desenvolver, persistem e decaem. (MARTINS, 2000, p. 16)

O REALISMO TRÁGICO: ENTRE MAQUIAVEL E SHAKESPEARE

Das 36 peças de Shakespeare, 22 tratam de temas políticos, a maioria de forma direta. “A visão global de Shakespeare é bastante coerente e pautada por preocupações com uma ordem harmônica, responsabilidade mútua, generosidade e preocupação com o outro” (HELIODORA, 1998, p. 55). Embora haja esse desejo permanente do Estado ideal e estável, há, nas peças políticas de Shakespeare, principalmente nos Dramas Históricos, a via real da política, marcada pela in-

determinação, insegurança e instabilidade. Parece que Shakespeare, ao mesmo tempo, se aproxima da política clássica pensada por Platão e Aristóteles⁴, bem como da política moderna desenvolvida por Maquiavel⁵, Hobbes, Locke e Weber.

Shakespeare compreende que a política moderna é marcada pelo conflito, porém, ele entende que o soberano deve governar de acordo com os desejos e interesses da coletividade. A partir disso, Shakespeare dá significado distinto à vida do indivíduo, à história de uma cidade ou ao destino de um povo. Para Chisholm (1988, p. 52) “o objetivo do príncipe, coerente com o compromisso de Maquiavel com a “verdade efetiva da coisa”, é o estabelecimento de uma ordem estável em meio a um mundo de contingência e acaso”. Observa-se, portanto, que tanto em Shakespeare como em Maquiavel, sempre permanece algo que resiste, ou que pelo menos pode resistir, impossibilitando as predições sobre o futuro do jogo político. Ou seja, os autores demonstram que é impossível cessar o conflito na vida política.

Ao lado de Maquiavel, Shakespeare entende que a importância de conhecer política é agir politicamente, pois o saber se acha voltado para a transformação da realidade. E isso é uma das tendências do Renascimento, o utilitarismo, pois se distancia da discussão centrada em modelos e há uma aproximação da análise da política como jogo de forças resultantes dos inconciliáveis desejos humanos.

Daí que, em certos momentos ou como parte de um projeto pessoal, a produção artística

4 A concepção clássica de política de Platão e Aristóteles procura definir a essência do bom governo, a partir da qual as Constituições reais são expressões defeituosas e muitas vezes corrompidas quando, por exemplo, ocorrem tiranias e oligarquias. Podemos dizer que tal concepção privilegia a atitude contemplativa, uma vez que cabe ao filósofo descobrir os princípios que fundamentam o agir correto a fim de orientar os homens na tarefa de construir a vida em comum.

5 A política pensada por Maquiavel observa como os governantes e súditos agem de fato. A política não mais se refere ao modelo do bom regime, mas à análise do jogo efetivo das forças que se chocam em circunstâncias muito específicas.

consegue representar a condição humana, os mecanismos de poder e da economia, ou a estrutura social na qual o artista está envolvido. Nessa primeira situação, podem ser incluídos: a dramaturgia de Shakespeare que, mesmo defendendo a legitimidade da monarquia inglesa, desnuda as relações de poder que afetam cruelmente a vida. (CHAIA, 2007, p. 22-23).

Ou seja, ao tratar de peças políticas baseadas em acontecimentos históricos, Shakespeare constrói as crônicas – *chronicle play* – fundamentadas nos relatos dos historiadores Edward Hall e Raphael Holinshed.

Mas olhar para um rei na história ou tentar vê-lo realisticamente era mergulhar no tumulto de detalhes de que eram feito os anais – por exemplo, nas *New Chronicles* (1516) de Robert Fabyan, em *The Union of the Two Noble and Illustre Families of Lancaster and York* (1548) de Edward Hall, que plagia o texto de Polydore Vergil na íntegra, nas *Chronicles* (1562-1572) de Richard Grafton, nas *Chronicles* e nos *Anales* de John Stow (que datam de 1565 em diante) ou nas imensas *Chronicles of England, Scotland, and Ireland* (1577 e 1587), que dizem serem de Raphael Holinshed, mas que verdade incorporam trabalhos feitos por outros historiadores do período Tudor ao longo de mais de setenta anos (HONAN, 2001, p. 180).

E ao ler as fontes históricas de Hall e Holinshed, bem como outras crônicas, os fatos históricos nas peças são, sem dúvida, maquiados, manipulados, exagerados ou atenuados. Shakespeare poderia, contudo, em vez de ter utilizado da historiografia inglesa, ter utilizado as obras de Maquiavel, como *Histórias Florentinas* (1525), escrita em oito volumes, como manancial de detalhes para suas peças teatrais históricas.

É importante notar, neste sentido, que não há, nas peças de Shakespeare, uma afronta direta à história. Shakespeare preocupa-se, antes de mais nada, com a coesão de cada peça como unidade dramática de representação, não assumindo uma particular responsabilidade narratológica similar à do cronista ou romancista, para quem as categorias de tempo e de espaço podem ser mais

difusas e dispersas, desde que sempre amparadas pelas linhas de continuidade da história e da vida.

Na edição ampliada de 1587, as *Chronicles* de Holinshed – três volumes em formato infólio, com sete páginas de rosto e 3,5 milhões de palavras – seriam uma fonte de proporções oceânicas para pelo menos treze das peças de Shakespeare. [...] Para Shakespeare, esse texto extraordinário funcionou como uma vasta biblioteca e um manancial de detalhes; sua imensidão desordenada, seus múltiplos pontos de vista e férteis incoerências deixavam espaço para que a imaginação do dramaturgo trabalhasse (HONAN, 2001, p. 180-181).

Ao todo, Shakespeare escreveu nove dramas históricos ingleses e parte de outro - Henrique VIII - e três dramas romanos. As peças que aparecem no *First Folio* de 1623 como *histories* são pela ordem na qual foram escritas: 1º, 2º e 3º partes de Henrique VI, Ricardo III, Rei João, Ricardo II, 1º, 2º partes de Henrique IV e Henrique V. Maquiavel, da mesma forma, foi além da função de diplomata. Era dramaturgo - *A mandrágora*; *Clizia* - e romancista - *Belfador*, *o Arquidiabo* -, obras que não serão analisadas no presente trabalho

Mas o estudo dos acontecimentos do passado era parte importante de seus contínuos esforços para compreender seu próprio mundo [de Shakespeare]; uma arena fascinante na qual ele podia contemplar homens e mulheres em ação, e as complexas relações entre eles e a família, classes e nações, às quais pertenciam (KIERNAN, 1999, p. 62).

Neste sentido, colocando Maquiavel e Shakespeare lado a lado, percebe-se a clara proximidade intelectual dos dois escritores em relação à importância da História para a compreensão do mundo. De acordo com Martins (2000, p. 11-12):

Encarregado de fazer um relatório sobre como tratar os revoltados do vale do Chiana, Maquiavel afirma ser a história a mestra dos atos humanos, especialmente dos governantes, e que o mundo sempre foi habitado por homens

com as mesmas paixões, sempre existindo governantes e governados, bons e maus súditos.

As primeiras peças shakespearianas demonstram o “patético trágico e o mortal jogo político”: a trilogia Henrique VI, que marca o início de uma análise épica: 1º Parte (1589-1590); 2º Parte (1590-1591); 3º Parte (1590-1591). E conclui essa primeira fase com a peça Ricardo III (1592-1593). Dessas quatro peças é composta a tetralogia da Guerra das Duas Rosas. A Guerra entre os Lancaster e York, entre o endêmico e o epidêmico, durou mais de trinta anos e deixou o país arrasado pelas mortes e abandono. Shakespeare viu nesse conturbado conflito civil um modo de analisar a tragédia da política: como os reis dramaticamente conquistam, mantêm e perdem o poder. Ou seja, como os governados também são atingidos pelo caráter da tragicidade da política.

Erroneamente afirma-se que para Maquiavel os fins justificam os meios. Ele afirma que a tirania pode ser uma tática para estabelecer a ordem coletiva estável e segura, como fica claro no trecho que se segue:

É uma sólida máxima a que afirma que ações repreensíveis podem ser justificadas por seu efeito, e que quando o efeito é bom, como era no caso de Rômulo, ele sempre justifica a ação. Pois censurável é o homem que usa de violência para estragar as coisas, e não aquele que faz uso para concertá-las (MAQUIAVEL, 1970, p. 132).

Maquiavel se debruça, assim como Shakespeare, em como o príncipe ou o personagem deve manter a ordem em meio ao inexorável e ao absurdo que coexistem sob a sombra do ingovernável, incontrolável, incognoscível. Os fins não justificam os meios, portanto, o que Maquiavel diz é que quando o efeito é bom, ele sempre justifica a ação. Na visão de Chisholm (1989, p. 54) a respeito de Maquiavel, a política deve ser julgada “apenas por suas consequências. Nem o objetivo buscado por um agente nem o valor moral inerente de um ato, nos termos da filosofia moral cristã ou clássica, é vital nessa avaliação.”

“Nos atos de todos os homens, em especial dos príncipes, em que não há tribunal

a recorrer, somente importa o êxito, bom ou mau” (MAQUIAVEL, 2000, p. 111). Para Maquiavel, então, há apenas bons e maus efeitos, definidos como os resultados dos atos, e não “pelas intenções ou pelos objetivos dos agentes [...] sua preocupação é com a importância histórica do resultado, uma preocupação que distingue a sua posição da crua adoração do sucesso individual.” (CHISHOLM, 1989, p. 54)

A TRAGÉDIA POLÍTICA EM MAQUIAVEL E SHAKESPEARE

Em Shakespeare, assim como em Maquiavel, podemos perceber uma visão histórica cíclica pois o poder não permanece a estabilidade e nem é continuamente exercido por um homem ou por um regime. Vale ressaltar que Shakespeare é influenciado pela concepção cíclica da história, herdada principalmente dos historiadores Políbio (século II a.C.) e Tito Lívio (século I a.C.), partindo do pressuposto de que o homem é eternamente o mesmo e a história seria constituída por momentos que se repetem. Daí o caráter educativo da história, a grande mestra, ajudando os homens a não incorrerem nos mesmos erros. Essa ideia remete o conceito medieval da roda da Fortuna: quem ascende, cai, ou seja, a vida é um ciclo inevitável.

Maquiavel, por exemplo, ao retratar o mesmo caráter educativo da história, por meio do estudo dos antigos e da intimidade com os potentados da época, aponta que “os homens são todos egoístas e ambiciosos, só recuando da prática do mal quando coagidos pela força da lei. Os desejos e as paixões seriam os mesmos em todas as cidades e em todos os povos” (MARTINS, 2000, p. xx).

Antes de ser abordada a tragédia em Shakespeare e Maquiavel, faz-se necessária a exposição do que vem a ser a tragédia. Para Williams (2002, p. 30):

um desastre em uma mina, uma família destruída pelo fogo, uma carreira arruinada, uma violenta colisão na estrada – são chamados de tragédias. E, no entanto, tragédia é também um nome extraído de um tipo específico de arte dramática que por vinte e cinco

séculos teve, sem interrupções, uma história intrincada, mas que pode ser explicada. A sobrevivência de muitas das grandes obras a que chamamos tragédias confere um peso importante a essa presença. A coexistência de sentidos parece-me natural, e não há nenhuma dificuldade fundamental tanto em ver a relação entre eles quanto em distinguir um do outro. E no entanto é comum que os homens educados no que constitui agora a tradição acadêmica fiquem impacientes e mesmo desdenhosos em relação aos que vêem como usos imprecisos e vulgares da palavra “tragédia”, na fala comum e nos jornais.

O homem é sempre dominado pela agressividade covarde e astuciosa, seus pensamentos, reações e feitos são predizíveis e, portanto, é possível fazer generalizações universalmente válidas sobre a sociedade e a política. Aqui se encontram pistas para um poder não só legitimado pelo Estado, mas também relacionado ao conhecimento e à agressividade, que podem ser identificações de micropoderes como também, em última instância, de partículas integrantes do poder institucional (CHAIA, 2007, p. 128).

Conforme Gassner (1974), o homem luta contra o homem e não contra o destino, Deus, a hereditariedade ou os distúrbios glandulares. O drama shakespeariano é o drama da vontade individual. Representa a humanidade em momentos de máxima tensão, conflito, crise, e procura resolvê-los em termos amplamente humanos. “Coloca novas questões e improbabilidades das quais, ainda hoje, não conseguimos escapar” (ARAUJO apud CHAIA, 2007, p. 89).

Para Maquiavel, a Fortuna fornece caminhos para o sucesso da ação política e constitui a metade da vida que não pode ser gerida pelo indivíduo. Ela fornece, portanto, a ocasião aproveitada pela virtude do príncipe. Isso fica claro quando deparamo-nos com a ideia do diplomata florentino:

Nenhum principado está assegurado sem forças próprias; antes, está ao sabor da fortuna, e não há virtude que defenda nos mo-

mentos adversos. A opinião e sentença dos homens sábios foram sempre que nada é tão instável quanto a fama de poder de um príncipe quando não se encontra apoiada na própria força. (MAQUIAVEL, 2000, p. 94).

A tragédia para os autores é, portanto, vista como elemento constitutivo do jogo da disputa de poder. Ou seja, trata-se de como a Fortuna, coalizões e intrigas afetam na conquista e na manutenção pelo poder.

MAQUIAVEL, SHAKESPEARE E O RENASCIMENTO

Para Hobbes - em *Leviatã* (1651) – dividido em quatro partes, *Do homem*, *Do Estado*, *Do Estado cristão* e *Do reino das trevas* - os homens por si mesmos, deixados a suas paixões, não conseguem evitar a guerra. Ou seja, há a necessidade de um pacto, buscado principalmente pelo medo, e sobretudo pelo poder exercido soberanamente que pode haver algum controle, para que os homens vivam em paz. Para Hobbes (1974, p. 108) “os pactos, não passando de palavras e vento, não têm qualquer força para obrigar, dominar, constranger ou proteger ninguém, a não ser a que deriva da espada pública.” A função de controle é, portanto, exercida pelo Estado, fora do qual os homens se perderiam em destrutivas guerras civis. É por meio da racionalidade, alcançada pelo medo, que os homens refrearão seus desejos e paixões. Maquiavel, antecipadamente a Hobbes, vê o Estado dentro de um contexto da qual a ordem pode ser criada, superando o mundo da contingência e do acaso. Para o florentino, “o propósito da ação política é estabelecer uma ordem coletiva estável e segura, com esse e somente esse propósito é que a tática da tirania pode ser usada sem incorrer na mera criminalidade (CHISHOLM, 1998, p. 53).

Os autores da Renascença tratam de secularizar a consciência humana: o processo pelo qual a maior parte das explicações teóricas se desvincula das teses religiosas. Ou seja, o homem renascentista confia na razão e na capacidade humana de agir com autonomia, por isso busca explicações racionais baseadas nas experiências e observações, e não no testemu-

nho da fé. Então cabe ao político em ato criar um novo equilíbrio de forças a partir da realidade concreta, agindo para dominar a situação, superando-a ou contribuindo para tal.

Neste sentido, Maquiavel (2000, p. 106) afirma que:

o príncipe não deve ser crédulo nem precipitado, nem atemoriza-se, e sim proceder com equilíbrio, prudência e humanidade, para que o excesso de confiança não o torne incauto, nem a desconfiança excessiva o faça intolerável.

Shakespeare se situa, como mostra admiravelmente bem Goethe, numa encruzilhada da consciência trágica, no momento do enfraquecimento da tragédia, entre o antigo e o novo, o dever, Sollen, e o querer, Wollen:

Através do dever a tragédia fica grande e forte, através do querer fraca e pequena. Por este último caminho, nasceu o drama, a partir do momento que se substituiu o monstruoso dever por um querer e porque este querer lisonjeia nossa fraqueza, sentimo-nos comovidos, porque, após uma dolorosa espera, somos finalmente mediocrementemente consolados. (GOETHE apud PAVIS, 1999, p. 418).

Nicolau Maquiavel (2000, p. 106), entre o dever e o querer, no âmbito da política, posiciona-se da seguinte forma: “desse modo, o príncipe não deve ser crédulo nem precipitado, nem atemoriza-se, e sim proceder com equilíbrio, prudência e humanidade, para que o excesso de confiança não o torne incauto, nem a desconfiança excessiva o faça intolerável.

Na peça Ricardo II, a natureza conflitiva das lições sobre ordem e desordem, obediência e rebelião, bem e mal, subordinação e ambição, legalidade-legitimidade prestavam-se precipuamente à forma dramática e essa ideologia política-religiosa dos Tudors. Isso possibilita Shakespeare a dar sua própria visão do homem, Estado e, inevitavelmente, da teoria do direito divino dos reis nessa época de transição para os tempos modernos.

Ricardo II caminha como o ator no palco entre o abismo e a salvação e, a cada

cena esse alterar dos ânimos, o som conterrado de um pobre e tolo personagem que se articula numa tentativa alucinada de manter-se no poder. Todo o esforço é em vão.

Em Shakespeare, retoma-se a visão trágica da realidade e da política. O bardo inglês expressou, de forma inigualável, sua visão da capacidade humana de enfrentar as forças do destino em situações extremas, embora se afastasse dos parâmetros clássicos⁶. Nesse sentido, o impasse é parte constitutiva da tragédia. Superar a adversidade é um ponto principal da ação trágica.

A crença de Shakespeare na capacidade da raça humana em progredir deve ter sido forte; na mesma medida em que reconhecia seus fracassos e as barreiras que estes constituíam contra a melhoria da condição humana, o custo terrível de qualquer movimento na direção de um futuro mais brilhante (KIERNAN, 1999, p. 353).

Nessa peça extraordinária, Shakespeare se preocupa, fundamentalmente, com a criação de um quadro sociopolítico de acordo com a trajetória do protagonista: inicialmente como rei de jure, e, posteriormente, como rei de facto. Nessa perspectiva, o sofrimento real é condição indispensável da tragédia na política.

Tragédia, nós dizemos, não é meramente morte e sofrimento e com certeza não é acidente. Tampouco, de modo simples, qualquer reação à morte ou ao sofrimento. Ela é, antes, um tipo específico de acontecimento e de reação que são genuinamente trágicos e que a longa tradição incorpora. Confundir essa tradição com outras formas de acontecimento e de reação é simplesmente uma demonstração de ignorância (WILLIAMS, 2002, p. 30-31).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

6 Tragédia é o gênero teatral em que se expressa o conflito entre a vontade humana, por um lado, e os desígnios inelutáveis do destino, por outro. A rigor, o termo só se aplica à tragédia grega ou clássica, cuja origem se confunde com o próprio teatro, mas por analogia é tradicionalmente estendido à literatura dramática de várias épocas, em que conflitos semelhantes são tratados.

Na Itália renascentista de Maquiavel impera a desordem. “A tirania impera em pequenos principados, governados despoticamente por casas reinantes sem tradição dinástica ou de direitos contestáveis” (MARTINS, 2000, p. 6). A ilegitimidade do poder, sua conquista e sua manutenção, gera situações de crise e instabilidade permanente. O futuro cabe às escolhas do príncipe e à Fortuna. Ainda que Shakespeare não escreva na Itália, é possível assimilar a mesma realidade em Ricardo II. O soberano, para se manter no poder e ser sustentado pelo povo, necessita, então, de ousadia em momentos de crise; prudência em momentos de estabilidade; precisa ter conhecimento da realidade que o cerca. Ou seja, tem o dever de conhecer a natureza dos tempos. É preciso estar cercado de bons ministros; evitar os adulares; enfraquecer os desleais mais próximos e os inimigos.

O cálculo político, resultado de escolhas racionais, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o príncipe. Na política, o que é necessário ser feito, será feito, independentemente de ser certo ou errado, justo ou injusto para a maioria. “Ao príncipe, assim, não deve importar a pecha de cruel para manter unidos e com fé os seus súditos” (MAQUIAVEL, 2000, p. 105). A manutenção da ordem legal é necessária e fundamental para quem governa. Nem a religião, nem a tradição, nem a vontade popular legitimam o soberano e ele tem de contar exclusivamente com sua energia criadora (MARTINS, 2000, p. 6-7).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAIA, Miguel. Arte e política. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.
- CHISHOLM, Robert. A ética feroz de Nicolau Maquiavel. In: QUIRINO, Célia G.; VOUGA, Claudio; BRANDÃO, Gildo. *Classicos do Pensamento Político*. São Paulo: Editora da USP, 1998.
- HELIODORA, Bárbara. *Falando de Shakespeare*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- HOBBS, Thomas de Malmesbury. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, Editora Abril: São Paulo, 1974.
- HONAN, Park. *Shakespeare, uma vida*. Trad. Sônia Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- KIERNAN, Victor. *Shakespeare: poeta e cidadão*. Trad. Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- MARTINS, Carlos Estevam. *Vida e Obra*. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Olívia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *The Discourses*. Trad. Leslie J. Walker. New York: Penguin Classics, 1970.
- PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. Trad. J. Guinsburg; Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- QUIRINO, Célia G.; VOUGA, Claudio; BRANDÃO, Gildo. *Classicos do Pensamento Político*. São Paulo: Editora da USP, 1998.
- RINESI, Eduardo. *Política e tragédia: Hamlet, entre Hobbes e Maquiavel*. Rio de Janeiro: eco do Azougue, 2009.
- SHAKESPEARE, William. *Ricardo II*. Introdução, tradução e notas por Filomena Vasconcelos, Porto: Campos das Letras.

SILVEIRA, José Renato Ferraz da. A tragédia da política em Ricardo II. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2012.

_____. A tragédia da política em Ricardo III. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2014.

STEINER, George. A morte da tragédia. Tradução de Isa Kopelman. São Paulo: Perspectiva, 2006.

WILLIAMS, Raymond. Tragédia Moderna. Trad. Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

FEDERAÇÃO RUSSA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO A PARTIR DA TEORIA QUEER

KEVIN HACLING A. GOMES⁷

RESUMO

O presente trabalho parte da premissa de que Estados são construções históricas que constituem famílias heteropatriarcais como unidades fundacionais e regulam as atividades sexuais a fim de garantir a continuidade intergeracional e a coesão societal, gerando como produto unidades fortes e homogêneas. (MISKILCI, 2009). Nota-se que a heteronormatividade é usada para justificar a criação e a manutenção do, segundo uma perspectiva Realista, o principal ator das relações internacionais: o Estado. Cruzando essa informação com a realidade russa, é evidente que aquele Estado foi fundado e mantido segundo a heteronormatividade. Ao ser analisada a composição do Estado russo fica perceptível que este é demasiado diferente dos Estados-nação que se formaram no Ocidente. A Rússia tem uma visão muito mais tradicional quanto às questões de gênero e sexualidade. O objetivo é analisar a ditadura da heteronormatividade que o existe na Rússia quando comparada a outros países, além de observar artifícios que o governo russo gera com o mesmo intuito. Serão analisadas questões de gênero e de sexualidade segundo a abordagem da Teoria Queer, e mostrar como essas categorias são construções sociais. A teoria Queer se propõe a “romper os espaços fixos e finitos da identidade, partindo do princípio de que a sexualidade não possui significados a priori, mas significados relacionais que se constroem, se imitam e são imitados.” (Talbut, 2005: 25)

A análise apoia-se na Teoria Queer das Relações Internacionais. Sendo uma teoria relativamente nova na Disciplina, a Teoria Queer é criada nos Estados Unidos em departamentos de Filosofia e Crítica Literária no fim da década de 1980. Tal teoria tem contribuído de forma incisiva na análise de questões de identidades sociais, gênero e sexualidade na Disciplina e de como tais questões são mecanismos de expressão individual que acabam por

⁷ Graduando do curso de Relações Internacionais na Faculdade ASCES em Caruaru, Pernambuco.